

PLANEJAMENTO URBANO

Uma nova entidade será criada para debater os problemas urbanísticos da área tombada, no lugar do Conselho de Preservação. Permanência dos atuais integrantes está indefinida

Compresb será substituído

LUÍSA MEDEIROS

DA EQUIPE DO CORREIO

A principal e mais ativa entidade de preservação do patrimônio de Brasília vai mudar. Com a revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (Pdot) o Conselho de Gestão da Área de Preservação de Brasília (Compresb) será extinto. Uma nova entidade será criada para debater os problemas urbanísticos da área tombada. Será o Conselho da Unidade Territorial Central, cuja atuação será no Plano Piloto, Sudoeste, Candangolândia, Octogonal e Cruzeiro. Mesmo com a mudança, o governo local garante que o papel do Compresb será mantido.

O projeto de lei que altera o Pdot cria sete unidades de planejamento territorial, englobando as 29 regiões administrativas do DF. Cada unidade terá um grupo para auxiliar na gestão do território, que será formado por representantes do governo e presidentes do conselho de urbanismo de cada região administrativa – outra novidade prevista na proposta. O subsecretário de Política Urbana e Informação e coordenador do Pdot, Danilo Aucélio, explica que as novas entidades serão subordinadas a um conselho maior, o Conselho de Política Urbana do DF (CDPU). A reformulação e criação dessas entidades, segundo ele, não significará uma “avalanche de jetons”, mesmo sabendo que será preciso convocar conselheiros. “A regulamentação de como os conselhos irão funcionar será feita mais a frente, após a aprovação da lei”, diz.

As mudanças preocupam alguns integrantes do Compresb, que hoje tem 17 conselheiros. O pioneiro Ernesto Silva, por exemplo, diz estar receoso quan-

Daniel Ferreira/CB/31.3.06



COMPRESB DARÁ LUGAR AO CONSELHO DE UNIDADE TERRITORIAL CENTRAL. ATUAÇÃO SERÁ NO PLANO PILOTO, SUDOESTE, OCTOGONAL, CANDANGOLÂNDIA E CRUZEIRO

to a permanência na nova entidade. “Não desisto de lutar por Brasília, cidade que estou há 52 anos. Dou muito trabalho para o conselho e não sei se devo ficar”, desabafa. Aos 91 anos, Ernesto Silva faz freqüentes críticas a projetos do governo local e da Câmara Legislativa que criam novas áreas e construções na região tombada. Recentemente, o pioneiro foi contra a permissão de instalação de atividades ur-

banas, residências se concentrem na orla do Lago Paranoá.

Ernesto Silva lembra que no relatório de Plano Piloto de Lúcio Costa adverte: “Evitou-se a localização de bairros residenciais na orla do lago, a fim de preservá-la intata, tratada com bosques e campos de feição naturalista e rústica para passeios e amenidades bucólicas de toda a população urbana.”

Danilo Aucélio diz que ainda

não é possível saber quem fica ou não no Compresb. Para o superintendente do Iphan no DF, Alfredo Gastal, apenas o nome será alterado. “É só uma substituição. A função continuará praticamente a mesma”, acredita. Ele ressalta que essa modificação será importante para o Iphan ocupar o devido lugar na entidade, a de observador. “O Iphan é um órgão federal que opina hoje no conselho sem ter essa competência”, esclarece.

O Ministério Público do DF vai acompanhar de perto a criação de novos conselhos. A recomendação encaminhada ao governo local inclui ajustes nos artigos que tratam da questão. Foi recomendado que as entidades tenham como integrantes os conselhos de meio ambiente, como o Conselho Gestor das Áreas de Proteção Ambiental (APA), pois 93% do DF são unidades de conservação.